UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Danielly Thamye Fernandes

A ASCENSÃO DA CHINA E SUA INFLUÊNCIA NA ECONOMIA GLOBAL: UMA PERSPECTIVA DE INTERDEPENDÊNCIA

Sorocaba/SP
2023

Danielly Thamye Fernandes

A ASCENSÃO DA CHINA E SUA INFLUÊNCIA NA ECONOMIA GLOBAL: UMA PERSPECTIVA DE INTERDEPENDÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do Diploma de Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Sorocaba.

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Padilha Pereira da Silva.

Sorocaba/SP
2023

Danielly Thamye Fernandes

A ASCENSÃO DA CHINA E SUA INFLUÊNCIA NA ECONOMIA GLOBAL: UMA PERSPECTIVA DE INTERDEPENDÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do Diploma de Graduação em Relações Internacionais, da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em: 05/12/2023

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fabrício Padilha Pereira da Silva
Universidade de Sorocaba

Prof.ª Dr.ª Maria Luísa Telarolli A. Leite
Universidade de Sorocaba

Prof. Dr. Walter Cruz Swensson Junior
Universidade de Sorocaba

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter segurado a minha mão e não ter soltado quando eu pensei em desistir, e hoje Deus me deu o melhor presente, a minha filha Leah Sayuri que está a caminho e em março estará nos meus braços trazendo mais alegria e amor a esse mundo.

Ao meu pai, a minha mãe e ao meu padrasto por terem me ensinado a importância da educação desde que eu era criança, pelos esforços que tiveram por pagarem uma educação de qualidade para mim, sou eternamente grata pela oportunidade, pelo apoio, o amor e o carinho.

Ao meu marido Eduardo, pelo apoio, pelo incentivo de sempre me fazer correr atrás dos meus sonhos e nunca desistir, por mais obstáculos que estejam no meu caminho, e hoje é o papai da minha filha Leah.

A minha família, especialmente aos meus avós maternos que sempre me incentivaram a estudar e a nunca desistir dos meus sonhos, ao meu avô paterno que mesmo não estando mais nesse plano, hoje é o meu anjo da guarda e nos momentos mais difíceis, ouve as minhas orações.

Ao meu amigo Bruno Barros, que nos deixou muito novo, mas que jamais deixou de acreditar em mim e me apoiar sempre.

Aos meus amigos que a UNISO me presenteou, em especial a Alexandra, Vinícius, Lucas Couto, Lucas Alencar, Heloísa, Giovanna, Isadora, Thiago e Pedro, parceiros de estudos, de passeios técnicos, de vida, sem eles eu não teria conseguido chegar até aqui.

Aos meus professores durante a minha trajetória na graduação, em especial a Maria Luísa, Walter, Karina e Fabrício, eternamente grata por todos os ensinamentos, tenho orgulho de ter tido eles como meus professores e me orgulho ainda mais pois quando a minha filha nascer, poderei comentar de cada um deles para ela, e do quanto eu os admiro pelo profissionalismo e o amor à profissão que eles têm.

Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário.

(Vladímir Ilitch Lênin).

RESUMO

A pesquisa analisa a ascensão da China na economia mundial e alguns dos impactados causados por esse fenômeno nas relações internacionais, através de um estudo sobre as origens do processo de abertura chinesa e sua consequente inserção no mercado mundial, que remetem ao período de reformas econômicas promovidas no país por Deng Xiaoping, após uma mudança na rota da política nacional. Em seguida, o presente trabalho realiza um estudo de caso sobre a cooperação no setor energético entre Brasil e China.

Palavras-chave: China; Economia Mundial; Deng Xiaoping.

ABSTRACT

The research examines China's rise in the global economy and some of the impacts caused by this phenomenon on international relations, through a study of the origins of China's opening process and its consequent integration into the global market, which refer to the period of economic reforms promoted in the country by Deng Xiaoping, following a change in the direction of national policy. Subsequently, this monograph conducts a case study on cooperation in the energy sector between Brazil and China.

Keywords: China; World Economy; Deng Xiaoping.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Aspectos da Divisão do Sistema-Mundo.....12

Tabela 2 - Principais Acordos entre Brasil e China no Setor Energético.....33

SUMÁRIO

1. Introdução 10
2. O Movimento Anticolonial e a Periferia do Capitalismo 11
2.1 As Contradições da Periferia do Capitalismo 11
2.2 Imperialismo para Lênin e sua Relação com a China 15
3. A Inserção da China no Mercado Global 20
3.1 As Origens das Reformas de 1978 20
3.2 As Quatro Modernizações e as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) ... 23
3.3 Relações China e Brasil 26
4. Estudo de Caso: Cooperação Energética entre China e Brasil 28
4.1 China e o Consumo Energético 28
4.2 Investimentos Chineses no Setor Energético Brasileiro 29
5. Considerações Finais 36
6. Referências 37

1. Introdução

O fenômeno da ascensão chinesa na economia mundial pode ser explicado pelo processo de desenvolvimento da política do país, cuja chegada do Partido Comunista da China ao poder representou a adoção de um projeto nacional que busca, segundo Jabbour (2020), o desenvolvimento de suas forças produtivas e a consequente sobrevivência de uma civilização que existe há 5.000 anos. Vale destacar, no entanto, que a capacidade de adaptação dos formuladores de decisões diante dos constrangimentos externos foi essencial para a manutenção desse projeto, à medida que as estratégias para sua promoção sofreram alterações conforme o desenrolar dos eventos externos e internos.

Sendo assim, considerando a proposta dessa monografia de realizar uma análise sobre as origens da ascensão chinesa na economia mundial, é essencial um estudo histórico sobre as transformações econômicas e sociais promovidas pelas reformas de Deng Xiaoping[1] a partir de 1978, resultantes de um processo, segundo Losurdo (2004), de mudança de rota da política nacional, após o complexo período compreendido pela Revolução Cultural.

Dessa forma, a presente pesquisa configura-se como de natureza qualitativa, cuja coleta de dados se deu através da revisão bibliográfica e seus resultados foram aplicados pelo método conhecido como “rastreamento de processos”, que consiste na reconstrução do processo para sua análise. Em seguida, com auxílio das teorias marxistas das relações internacionais, foi realizado um estudo de caso sobre as influências para o aumento de investimentos chineses no setor energético do Brasil nos últimos anos.

O objetivo geral desse trabalho é analisar o processo de inserção da China na economia mundial e alguns de seus impactos nas relações internacionais. Já os objetivos específicos são: 1) o estudo do contexto de abertura chinesa durante o mandato de Deng Xiaoping; 2) uma análise sobre a cooperação China-Brasil no setor energético desde o ano de 2007.

[1] Deng Xiaoping assumiu a presidência do país em 1978 até 1992.

2. O Movimento Anticolonial e a Periferia do Capitalismo

Esse capítulo elabora uma análise teórica e crítica sobre aspectos imperialistas presentes no desenvolvimento das relações internacionais no sistema capitalista e sua influência no processo revolucionário da China.

2.1 As Contradições da Periferia do Capitalismo

Wallerstein (1974) constrói em sua obra “O Sistema Mundial Moderno” a tese de que existe uma ordem econômica mundial que divide os Estados pobres dos Estados ricos, configurando-se, respectivamente, na periferia e no centro do capitalismo. Há também, para o autor, a semiperiferia, categoria esta que se encaixam os países em desenvolvimento, como o Brasil, que apesar de deter algum grau de industrialização, não possui tecnologias da fronteira do conhecimento.

Segundo Martins (2015), essa divisão é formada desde o início do capitalismo ocidental, à medida que a consolidação desse modelo econômico nas relações internacionais resultou em um processo que levou os Estados à ocuparem funções na ordem produtiva capitalista, de forma que, os países centrais tornaram-se responsáveis pela produção de bens de alto valor agregado e de tecnologia, enquanto as nações periféricas voltaram-se, sobretudo, para o fornecimento de *commodities* e de matérias-primas de baixo valor, subordinadas a uma lógica de abastecimento dos mercados do Centro mundial.

Assim, de acordo com Wallerstein (1974), existe um desequilíbrio na ordem econômica mundial à medida que as funções atribuídas aos Estados na Divisão Internacional do Trabalho[2] são desiguais e contribuem para o estabelecimento de uma relação de dominação e submissão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento.

> Esse padrão de troca desigual cria uma relação de dependência entre os países periféricos e os do centro, acentuando essa diferença econômica e fazendo com que esses Estados periféricos se tornem

[2] De acordo com Santos (2006), a Divisão Internacional do Trabalho é o nome dado ao sistema de dinâmicas sociais de produção mundiais.

> dependentes de empréstimos e de ajuda financeira e humanitária dos países centrais (Martins, 2015, online).

A tabela a seguir, elaborado por Martins (2015), ilustra os principais aspectos que definem essa divisão.

Tabela 1 – Aspectos da Divisão do Sistema-Mundo

Nível	Aspecto Econômico	Aspecto Político	Aspecto Cultural
Centro	Países com produção de alto valor agregado tecnológico; produtor e exportador de tecnologia; mão de obra especializada	Países que são Estados fortes, tendo a capacidade de ampliar seu domínio para além de suas fronteiras	Possuem forte identidade nacional e ampliam sua identidade como referencial para além das fronteiras
Semi-periferia	Países de industrialização de baixo valor tecnológico agregado; não produz tecnologia, mas a absorve; mão de obra semi-especializada e não especializada	Estados que têm o controle de sua política interna, mas não exercem influência externa	Possuem identidade cultural e nacional média
Periferia	Países que produzem produtos primários apenas; mão de obra não especializada	Estados que nem possuem o controle da sua política interna, nem exercem influência externa	Não possuem identidade nacional ou é fragmentada, prevalecendo identidades étnica ou religiosa

Fonte: Martins, 2015.

As ideias de Raúl Prebisch (1950) apresentadas em sua obra "*The Economic Development of Latin America: and its principal problems*" também podem ser relacionadas a teoria de Wallerstein, à medida que Prebisch não só denuncia o desequilíbrio existente no estabelecimento das funções exercidas pelos Estados na Divisão Internacional do Trabalho, como também afirma que os argumentos de que o aumento do livre comércio seria suficiente para sanar essa desigualdade, à medida que a riqueza seria compartilhada são, na verdade, falhos, uma vez que os benefícios do intercâmbio comercial não seriam refletidos na mesma proporção na periferia do capitalismo, que possuem menores possibilidades de ação frente às crises econômicas. Sendo assim, para Prebisch (1950), o fomento da industrialização nos países em desenvolvimento é essencial para o aumento de sua autonomia no sistema internacional.

> Portanto, existe um desequilíbrio evidente, um fato que, qualquer que seja sua explicação ou justificativa, destrói a premissa básica subjacente ao esquema da divisão internacional do trabalho. Daí o significado fundamental da industrialização de novos países. A industrialização não é um fim em si, mas o principal meio que esses

> países dispõem de obter uma parcela dos benefícios do progresso técnico e de ir progressivamente aumentando o padrão de vida das massas. (Prebisch, 1950, p. 5 e 6, tradução nossa[3]).

Lênin, ao perceber o potencial revolucionário por trás das relações desiguais entre centro e periferia na economia mundo, incluiu na ciência política marxista a autodeterminação dos povos como necessária para combater o imperialismo. Ao adicionar essa questão, vários países da Ásia e África, reféns do colonialismo europeu, foram atraídos à prática revolucionária, o que inclui a própria China, cujo sentimento nacional estava muito fragilizado desde o início do século de humilhações (Jabbour, 2020, p.11).

Segundo Jabbour (2020), a questão nacional deu origem a consciência nas lideranças chinesas de que a promoção do processo de desenvolvimento e industrialização do país eram extremamente necessários para o aumento de sua autonomia e poder de barganha nas relações internacionais, afim de reverter sua posição em uma economia do sistema-mundo que até então a colocava em uma posição desfavorável.

> Neste contexto de luta de ideias e atualização do marxismo às circunstâncias de seu tempo, Lênin não somente atualizou a Teoria Moderna da Colonização formulada por Marx na década de 1840, mas também chamou a atenção para a questão nacional como a bandeira de ampliação tática que poderia viabilizar a gradual tomada do poder, primeiro em âmbito nacional e partir daí levar a transição para o centro do sistema — o que não é fácil, mas que na medida em que países como a China obriga o ocidente capitalista a comercializar com ela, tal transição se acelera na mesma rapidez em que economias como a europeia e a norte-americana entrem em ciclos recessivos, o que hipoteticamente e de forma dialética, fará com que seus trabalhadores busquem alternativas de sobrevivência fora dos padrões do Welfare State (Jabbour, 2020, p. 11).

Nesse sentido, a estratégia chinesa de inserção internacional posta em prática a partir de 1978 também foi adotada para garantir a sua sobrevivência em um cenário externo hostil (dado o contexto de Guerra Fria), ou seja, buscava-se desenvolver a economia chinesa de tal forma que sua influência atingisse a economia mundial, minimizando ou impossibilitando um

[3] No original: “Thus there exists an obvious disequilibrium, a fact which, whatever its explanation or justification, destroys the basic premise underlying the schema of the international division of labour. Hence, the fundamental significance of the industrialization of the new countries. Industrialization is not an end in itself, but the principal means at the disposal of those countries of obtaining a share of the benefits of technical progress and of progressively raising the standard of living of the masses” (Prebisch, 1950, p. 5 - 6).

isolacionismo forçado pelo resto do globo, conforme ocorria com a União Soviética (Pomar, 2003, online).

Se aplicássemos a teoria de Wallerstein (1974), essa reação de busca pelo desenvolvimento tecnológico chinês estaria ligada ao movimento de resistência dos oprimidos que existe na periferia do sistema-mundo. Vale ressaltar que, para o autor, existem dois elementos que são característicos nesse sistema: a imaginação dos beneficiários e a resistência dos oprimidos

> A marca do mundo moderno é a imaginação dos seus beneficiários e a contra afirmação dos oprimidos. A exploração e a recusa em aceitar a exploração como inevitável ou justa constituem a perene antinomia da era moderna, unidas numa dialética que está longe de alcançar seu máximo no século XX (Wallerstein, 1974, p. 346).

.

Segundo o autor, esses dois elementos existem em uma relação dialética, ou seja, estão em constante interação e contraposição. Os beneficiários buscam inovar e manter seu status, enquanto os oprimidos buscam resistir e lutar por uma mudança na estrutura de poder. Sendo assim, no sistema capitalista sempre existirão países dominantes e os dominados, mas, independentemente da situação, são dependentes entre si, ainda que seja em um sistema exploratório.

Além disso, o autor também sugere que essa dinâmica não atingiu seu ponto máximo até o século XX, o que implica que a luta entre a imaginação dos beneficiários e a resistência dos oprimidos continua a ser uma parte central do mundo moderno ao longo do tempo. Em outras palavras, a luta pelo poder e a exploração, bem como a resistência à última citada, são questões que continuam a moldar a sociedade moderna.

Sendo assim, de acordo com Wallerstein (1974), o sistema-mundo é influenciado por forças conflitantes que o mantêm unido por meio de tensões, mas também o fragmentam à medida que diferentes grupos buscam constantemente moldá-lo em favor próprio. Esse sistema apresenta semelhanças com um organismo, pois tem um ciclo de vida no qual certos aspectos de suas características sofrem mudanças, enquanto outros permanecem inalterados. Segundo Martins, “as relações internacionais entre os países são, nesta visão wallersteiniana, relações de forças sociais se

expandindo em classes mundiais, acompanhando o interesse do capitalismo” (Martins, 2015, online).

Por fim, Wallerstein afirma que, antes do surgimento do sistema-mundo moderno no século XVI, a China se destacava como um dos principais centros econômicos e culturais do planeta, contando com sistemas avançados de governança, comércio e tecnologia, no entanto, à medida que o processo de desenvolvimento do capitalismo aprofundava-se, regiões que anteriormente eram centros de poder em seus próprios sistemas econômicos, como a China, foram gradualmente integrados ao novo sistema (Martins, 2015, online).

2.2 Imperialismo para Lênin e sua Relação com a China

Para Lênin (2021), o imperialismo é uma consequência natural do desenvolvimento do capitalismo, configurando-se como uma etapa avançada desse sistema, uma vez que, a lógica de contínua expansão do lucro e do acúmulo de capital fomenta a busca por mercados e recursos por parte das grandes potências, que passam a expandir seus interesses econômicos e políticos além de suas fronteiras, resultando na dominação e exploração de nações mais fracas.

Assim, a natureza monopolista do imperialismo, evidenciada pela formação de monopólios e cartéis – os quais permitem que apenas um pequeno número de corporações controle setores inteiros da economia – resulta na concentração do poder econômico nas mãos de elites, intensificando ainda mais a competição entre as grandes potências, além de aumentar as tensões geopolíticas e potencialmente conduzir ao conflito (Lênin, 2021, pgs. 125 - 126).

Vale ressaltar que o imperialismo não é meramente uma expansão territorial ou uma busca por recursos (apesar dessas características serem práticas presentes), mas sim uma forma mais sofisticada de exploração econômica e controle político, uma vez que, segundo Lênin (2021), as grandes potências capitalistas estabeleciam colônias e esferas de influência para garantir acesso a matérias-primas, mercados consumidores e mão de obra barata. Isso não apenas beneficiava as potências dominantes, mas também perpetuava a dependência e a pobreza nas nações colonizadas.

Além disso, para o autor, existe uma relação intrínseca entre o imperialismo e a militarização. O capitalismo monopolista busca controlar regiões estratégicas, o que muitas vezes resultava em conflitos armados e guerras entre as grandes potências em busca de supremacia territorial e econômica. Essa busca por hegemonia e controle geopolítico levava a uma constante corrida armamentista e à exploração de recursos para sustentar máquinas de guerra.

Outro ponto essencial destacado por Lênin (2021) é a exploração financeira. Segundo o autor, o capital financeiro se tornou dominante no imperialismo, com bancos e instituições financeiras desempenhando um papel crucial na expansão e na consolidação do controle sobre regiões colonizadas. A exportação de capital para áreas coloniais visava gerar lucros exorbitantes, reforçando a dependência econômica dessas regiões em relação às potências imperialistas.

No entanto, segundo Lênin (2021) o imperialismo cria contradições internas dentro dos países capitalistas, uma vez que, ao gerar um acúmulo de riqueza e poder nas mãos de uma minoria privilegiada, enquanto explora e empobrece a grande maioria da população, inclusive nos países colonizados, consequentemente ocasiona efeitos negativos que podem levar ao enfraquecimento do sistema e criar espaço para a resistência e a luta revolucionária.

Assim, a análise multifacetada de Lênin sobre o imperialismo, abordando aspectos econômicos, políticos, militares e financeiros, ofereceu uma compreensão abrangente das dinâmicas globais da época e influenciou profundamente movimentos de independência, teorias econômicas e estratégias políticas em várias partes do mundo (Prashad, 2020, pgs. 17 – 18).

> Não deve surpreender que radicais do mundo colonizado – como Ho Chi Minh e José Carlos Mariátegui – acharam no leninismo o coração e a alma de sua visão política. Foi o marxismo anticolonial que atraiu nacionalistas radicais, desde as colônias holandesas na Indonésia, até as colônias francesas da África Ocidental, e foi essa forte teoria da autodeterminação nacional anticolonial que consolidou laços entre a esquerda marxista por todos esses mundos (Prashad, 2019 *apud* Prashad, 2020, p.17).

A percepção de imperialismo de Lênin se vincula à formação do Estado, à medida que, o Estado burguês configura-se em um instrumento de opressão da classe dominante, servindo aos interesses da burguesia em detrimento das massas trabalhadoras (Lênin, 2017, online).

Sendo assim, o Estado burguês não é neutro, mas sim uma ferramenta de dominação de uma classe sobre outra. Isso quer dizer que, mesmo em sistemas democráticos formais, o Estado mantém sua essência repressiva, protegendo os interesses da classe dominante (Lênin, 2017, online).

Portanto, para Lênin (2017), a democracia burguesa é limitada e ilusória pois oferece uma aparência de participação popular enquanto os verdadeiros poderes permanecem nas mãos da elite econômica. Essa compreensão levou o autor a defender a necessidade de uma revolução proletária e à construção de um Estado proletário, ou seja, um Estado controlado pelos trabalhadores e voltado para a implementação de políticas que atendessem às necessidades do proletariado, sendo a tomada do poder político um passo fundamental para promover mudanças reais na sociedade, a abolição das desigualdades sociais e a transição para o socialismo.

A formação desse Estado proletário exige, segundo o autor, a destruição do aparato estatal burguês e a criação de novas instituições que representem os interesses da classe trabalhadora. A noção de democracia para Lênin (2017) vai além dos processos eleitorais formais, pois considera a democracia como algo mais profundo e substancial, envolvendo a participação ativa das massas na tomada de decisões políticas e econômicas. Sua visão de democracia estava ligada à criação de um sistema no qual os trabalhadores tivessem controle efetivo sobre as instituições políticas e econômicas, permitindo uma verdadeira igualdade e participação popular.

Assim, Lênin (2017) acredita que a conquista dessa verdadeira democracia exige a superação do sistema capitalista e a construção de um Estado socialista baseado no poder dos trabalhadores, sendo necessário o rompimento com as estruturas burguesas políticas e econômicas existentes e o estabelecimento de um novo sistema que elimine a exploração, promova a justiça social e permita uma participação genuína e igualitária de todos na gestão da sociedade.

Considerando o exposto, Lênin (2021) enfatiza a importância da luta de classes e da solidariedade internacional, pois, ao afirmar que o imperialismo fortalece a burguesia nos países capitalistas desenvolvidos, ao mesmo tempo em que explora as massas trabalhadoras e as nações oprimidas, o autor argumenta que é necessária uma união entre os trabalhadores de todas as nações para combater o imperialismo e o sistema capitalista que o alimenta.

Sendo assim, uma das contribuições fundamentais de Lênin para a inspiração da prática revolucionária em várias organizações militantes do mundo, incluindo o Partido Comunista Chinês, é sua defesa veemente pela autodeterminação das nações oprimidas. O autor, ao argumentar que as nações colonizadas deveriam ter o direito de se libertar do jugo imperialista e determinar seu próprio caminho político, econômico e social, influenciou movimentos de independência em várias partes do mundo, especialmente na Ásia, África e América Latina, onde a resistência ao domínio colonial se fortaleceu (Prashad, 2020, pgs 17 – 18).

> Lenin argumentou que deve-se permitir a uma nação oprimida a liberdade de separar-se de um estado opressor. O tsarismo e o colonialismo não somente esmagaram a capacidade dos povos de seus estados periféricos e seus domínios coloniais de viverem vidas plenas, mas também deformaram as vidas daqueles que pareciam beneficiar-se do domínio colonial (incluindo os trabalhadores no cerne do império). A secessão, para Lenin, era um direito democrático (Prashad, 2020, pgs. 8 – 9).

Dessa forma, na prática, suas ideias tiveram um impacto significativo no curso da história. Na China, por exemplo, as teorias de Lênin serviram de inspiração para o movimento revolucionário liderado por Mao Tsé Tung, especialmente durante a luta contra a dominação estrangeira e na busca pela autonomia nacional, tendo até mesmo o próprio Lênin escrito palavras de apoio e solidariedade ao que considerava ser uma luta de libertação nacional do povo chinês de seus colonizadores (Prashad, 2020, p. 7).

Finalizando, as obras de Lênin proporcionaram um entendimento crítico do imperialismo como uma fase avançada do capitalismo, destacando suas características monopolistas, desigualdades exacerbadas e a necessidade de resistência e solidariedade entre as massas oprimidas para buscar uma transformação revolucionária e a libertação das nações subjugadas. Suas

ideias continuam a influenciar debates sobre as relações internacionais, o desenvolvimento econômico e as lutas por justiça social até os dias atuais.

3. A Inserção da China no Mercado Global

O presente capítulo realiza uma análise do processo histórico que levou a elite funcional, representada por Deng Xiaoping, para o comando do Partido Comunista e as consequentes reformas econômicas que foram levadas adiante pelo dirigente chinês durante seu mandato, considerando as condições geopolíticas e os constrangimentos externos que influenciaram para a mudança de rota da política nacional.

3.1 As Origens das Reformas de 1978

A eleição de Deng Xiaoping para a presidência do país em 1978 representava não somente uma tentativa de retorno à união política do Partido, que se encontrava dividido desde o início do processo de Revolução Cultural (Santana, 2009, pgs. 118 – 119), mas também de reunificação das bases de apoio da Revolução (Jabbour, 2020, p. 88).

É importante ressaltar que o próprio estopim da Revolução Cultural foi resultado do fracasso de políticas econômicas que buscavam amenizar e contornar a conjuntura geopolítica desfavorável à recém-nascida República Popular da China. Considerando o processo histórico, as forças imperiais não tinham sido suficientes para a unificação territorial do país, situação essa que piorou durante à dominação inglesa e a instabilidade política inerente a esse período, de modo que, essa difícil tarefa foi herdada para o Partido Comunista na Revolução de 1949 (Hobsbawm, 2012, online).

Além disso, segundo Pomar (2003), a China era uma nação ainda feudal, cujo níveis de industrialização eram débeis. A maior parte de sua população sofria com os problemas sociais relacionados à fome, pobreza e falta de acesso a educação. Nesse sentido, um grande feito do Partido Comunista da China, quando liderado por Mao Tsé Tung[4], foi a instauração da saúde e educação pública no país, que pode ser exemplificado pelo projeto dos “médicos dos pés descalços”. No entanto, é necessário destacar que esses empreendimentos foram praticamente extintos nas reformas de Deng Xiaoping,

[4] Mao Tsé Tung foi a principal liderança da Revolução de 1949 e governou o país de 1949 até 1959.

causando sequelas sociais enfrentadas pelos dirigentes chineses até os dias atuais (Pomar, 2003, online).

Conforme Pomar (2003), apesar de avanços no sentido da diminuição da miséria e da fome devido aos programas voltados à industrialização do país e da criação de reservas públicas no mercado de alimentos, o cenário econômico, já fragilizado pela exploração colonial e pelas guerras anteriores, somados aos boicotes comerciais realizados pelo bloco capitalista no contexto de Guerra Fria, seria fortemente abalado com a ruptura entre China e União Soviética. O autor explica que, as políticas desenvolvidas pelo governo objetivando a contenção desses impactos não teriam sido suficientes para sanar o problema e, consequentemente, não alcançaram a satisfação popular.

Dessa forma, de acordo com Schilling (1984), esse processo resulta em um aumento na fragmentação política do Partido e também das massas, cuja parte delas passa a radicalizar-se, sobretudo nos setores mais jovens, à medida que o descontentamento com a situação econômica influenciou no aumento de um anseio para o retorno das práticas políticas lideradas por Mao Tsé Tung (agora afastado do Partido), no início da Revolução, o que leva ao longo e desgastante processo da Revolução Cultural.

Com a morte de Mao Tsé Tung, o ânimo entre as massas é refreado, e a ala do Partido Comunista que era favorável à Revolução Cultural também perde espaço - ainda que Mao fosse crítico, segundo Schilling (1984) aos indivíduos extremistas dessa ala, com destaque a figura de Lin Piao. Dessa forma, o projeto representado por Deng Xiaoping, é escolhido para a governança da China. É importante ressaltar que, conforme Pomar (2003), apesar do Partido Comunista da China apresentar-se como um único partido, existem sete partidos menores que o compõem, além de que sua unicidade não significa que o Partido seja comandado por apenas um viés, mas sim que foi o principal representante do projeto nacional que levou à Revolução, existindo assim, diferentes alas de interesses e de espectros políticos dentro do Partido, mais à direita ou mais à esquerda. Dessa forma, “a verdade é que Deng bateu-se contra a ‘esquerda’ do PCCh (Gangue dos Quatro) em favor de uma liberalização maior do comércio no campo, como a única saída para a manutenção do pacto de 49” (Jabbour, 2020, p. 89).

Assim, como qualquer processo histórico, as reformas de Deng detinham contradições. Para Losurdo (2004), por um lado, alguns dos avanços anteriores no sentido de políticas mais voltadas ao social foram impactadas negativamente, como a própria questão da privatização da saúde e da educação já citadas nesse trabalho, retrocedendo etapas do socialismo chinês e fazendo com que muitos intelectuais acusassem Deng de ser revisionista, já por outro lado, as reformas foram uma alternativa encontrada para o desenvolvimento de uma economia que sequer havia passado pelo capitalismo, para o socialismo. Além disso, é importante destacar a pressão externa, pela qual Deng, segundo Jabbour (2020), tinha a percepção de que que a China estava ficando para trás em relação aos seus vizinhos, e de que necessitava levar adiante um plano de modernização, que fosse capaz de integrar a China à economia mundial, de forma que tornasse impossível a promoção de estratégias pelas potências voltadas para o isolamento chinês, da mesma forma que foi feita com a União Soviética.

> Do outro lado estava Deng Xiaoping e sua ideia de uma China moderna e poderosa. Sua vivência como operário da Renault na França no final da década de 10 lhe incutiu a ideia do caminho ocidental de industrialização que a China deveria seguir. Para Deng, demonstrado por sua prática nas décadas de 80 e 90, o motor deste processo estava, no plano interno na capacidade empresarial e comercial do camponês médio chinês e no plano externo na rede internacional de capitalistas chineses com acúmulo de técnicas de gerenciamento, tecnologia e capitais necessários para levar a frente não somente a reforma chinesa, mas também, ao abrir o território chinês para suas linhas de produção, criar condições objetivas concretas para o retorno de Hong Kong, Macau e Taiwan à soberania do continente (Jabbour, 2020, p. 111).

Pomar (2003) estabelece que Deng Xiaoping trouxe mudanças para o debate econômico do país, à medida que, até então, o mercado era visto como um instrumento capitalista, impossível de ser conciliado à economia socialista, porém, o fato da revolução não ter ocorrido conforme as previsões dos trabalhos iniciais de Marx, no âmbito do capitalismo avançado europeu - pelo contrário, havia ocorrido em países que, assim como o caso da própria Rússia, sequer tinham passado pela etapa da democracia burguesa ou avançado para além dos estágios iniciais do capitalismo – influenciou no desenvolvimento de uma linha de pensamento que propunha o controle do mercado através da

racionalização da planificação econômica. Assim, para Jabbour (2020), chegou-se à conclusão de a China encontrava-se na etapa inicial do socialismo, de modo que, nessa fase, o mercado seria dominado, mas não completamente extinto.

Dessa maneira, uma nova dinâmica econômica é implementada à nível nacional no país (considerando que, essa dinâmica já havia sido experimentada em algumas das áreas liberadas, comandadas pelo Partido Comunista, durante os quinze anos antes da Revolução de 49): o socialismo de mercado. Jabbour (2020) explica que, nessa dinâmica o Estado gere a economia ao administrar todos os setores estratégicos em prol do desenvolvimento do projeto nacional, coexistindo com a iniciativa privada.

3.2 As Quatro Modernizações e as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs)

Segundo Pomar (2003), com o objetivo de levar adiante o projeto de modernização chinesa, Deng Xiaoping propõe as “Quatro Modernizações”, que foram aplicadas na agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e tecnologia. O autor ressalta que as reformas representavam um retrocesso em relação a Revolução de 1949, no entanto, contraditoriamente permitiram o avanço atual da economia chinesa tanto em seu mercado doméstico, quanto no mercado global. As sequelas sociais desse processo, no entanto, representam um desafio a ser enfrentando pelas lideranças chinesas até o período atual, de maneira que, Xi Jinping atualmente representa uma ala do partido mais empenhada na busca pela superação desses problemas e do aprofundamento do socialismo com características chinesas.

O plano de modernização, segundo Gabriele e Jabbour (2021), objetivava uma combinação de um Estado desenvolvimentista do tipo asiático com o Estado socialista, diferenciando-se nesse sentido do modelo econômico adotado pelos grandes expoentes capitalistas da região, como Japão e Coreia do Sul. Sendo assim, os autores afirmam que as reformas no campo objetivavam a instauração de um sistema capaz de sustentar a industrialização das cidades, enquanto as transformações no setor industrial envolviam utilização de mecanismos de planificação e controle Estatal da economia. Vale

destacar a complexidade de tipos de gestão e de administração das empresas chinesas, existindo diversos regimes, sejam coletivos, estatais, privados, etc.

> A legislação econômica chinesa separou propriedade e gestão. Uma estatal, dependendo de sua importância estratégica, pode ter uma gestão eleita pelos empregados e funcionários, uma gestão escolhida por acordo entre os empregados e o governo, ou uma gestão profissional contratada fora dos quadros dos empregados e do governo. As empresas coletivas, cerca de 45% das empresas chinesas, são propriedade de seus empregados e funcionários e escolhem seus diretores, gerentes e técnicos, seja em seus próprios quadros, seja fora deles. Como qualquer cooperativa, elas respondem por seus lucros e perdas, atuando livremente no mercado (Pomar, 2003, online).

Outra importante transformação no país foi a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), que “podem ser compreendidas como espaços geográficos delimitados dentro de um mesmo território, mas que possuem uma economia com regimes distintos” (Conceição; Brollo; Mastrodi, 2021, online). No caso chinês, os autores explicam que sua criação teve como propósito atrair investimento externo e importar tecnologias e o “*know-how*”.

Mas, considerando os efeitos negativos que a liberalização econômica indiscriminada ocasionou nos processos de industrialização nacional de alguns países da América Latina, como seria possível uma abertura econômica que permitisse a internalização de tecnologias e de “*know-how*”?

Segundo Pomar (2003), o processo de abertura externa chinesa não se deu de maneira geral e muito menos de forma desorganizada, o autor explica que durante muito tempo, os investimentos estrangeiros limitavam-se apenas às ZEEs, e tinham como condição para a permissão de sua atuação na China a associação obrigatória à alguma empresa nacional ou estatal, ou seja, “o mercado doméstico chinês estava aberto à introdução das novas tecnologias que podiam ser úteis à modernização de suas próprias empresas nacionais, mas não aos produtos das empresas mistas sinoestrangeiras” (Pomar, 2003, online).

Dessa maneira, conforme Guimarães (2012), a criação das Zonas Econômicas Especiais no país possibilitou o acesso aos mercados estrangeiros e foram parte essencial para a estratégia de inserção da China na economia mundial, de forma controlada e planificada, não importando deliberadamente as

ideologias liberalizantes promovidas pelo Consenso de Washington, muito populares durante a década de 90.

Portanto, inicia-se com Deng Xiaoping uma mudança não somente na política interna da China, mas também na formulação da política externa. Segundo Gabriele e Jabbour (2021), enquanto o período Mao permitiu a construção de bases que possibilitariam a industrialização e a modernização chinesa, Deng colocou em prática o processo de abertura controlada, inserindo-a na economia global e iniciando o cultivo de raízes tão profundas que, atualmente, a economia mundial tornou-se dependente da China. Um aspecto importante destacado por Guimarães (2012) nesse processo são as negociações de aproximação com os EUA, já iniciadas por Mao no contexto de cisma sino soviética, mas aprofundadas por Deng. Para o autor, essas movimentações políticas “propiciaram condições favoráveis de financiamento e o acesso privilegiado ao mercado americano, tendências que foram combinadas com políticas voltadas a atrair capital estrangeiro e a estimular as exportações” (Guimarães, 2012, online), além de terem influenciado para a queda da própria União Soviética.

Sendo assim, o autor afirma que, a aproximação com o ocidente liderada por Deng possibilitou um fluxo grande de empresas que se instalavam na China, atraídas pelo seu mercado interno de proporções continentais, o que permitiu a na troca e absorção da tecnologia estrangeira por parte do país asiático, até que, atualmente, a China não só foi capaz de aprender a produzir tecnologia própria como alcançou a fronteira do conhecimento, como por exemplo o 5G e os avanços que vem demonstrando nas pesquisas de energia limpas, como a fusão nuclear.

Considerando o exposto, o processo de modernização da China permitiu o salto de uma nação à priori extremamente pobre para a segunda maior economia do mundo, de forma que, sua influência tenha alcançado até mesmo parcerias não tradicionais, como sua cooperação em diversos projetos com o Brasil, com destaque à iniciativa do BRICS.

3.3 Relações China e Brasil

As relações entre China e Brasil têm se tornado cada vez mais significativas nas últimas décadas. Ambos os países estabeleceram uma parceria que abrange uma variedade de setores, incluindo investimentos, cooperação em infraestrutura e tecnologia, entre outros. O comércio bilateral entre China e Brasil é bastante expressivo, de forma que, o país asiático tornou-se nos últimos anos, um dos principais parceiros comerciais do Brasil.

Vale ressaltar que, além do comércio, a cooperação entre as duas nações também se estende aos investimentos, à medida que a China tem investido significativamente em setores como infraestrutura, energia, agricultura e tecnologia no Brasil, com especial destaque à construção de ferrovias e portos.

De acordo com Hiratuka e Sarti (2016), a influência do crescimento chinês sobre a economia mundial já vinha aumentando ao longo das últimas décadas do século XX, mas no caso brasileiro, o crescimento da demanda chinesa por *commodities*, com ênfase no início do século XXI, impactou fortemente a economia do país, trazendo, inclusive, bons resultados no sentido do aumento das exportações brasileiras.

Por outro lado, segundo os autores, a consolidação da China como um país com altos níveis de industrialização e forte produtora de produtos manufaturados tem representado um grande desafio à produção nacional brasileira, que por sua vez, já bastante fragilizada sobretudo pela abertura econômica durante a gestão Collor, torna evidente a necessidade de formulação de políticas para o aumento de sua competitividade internacional.

Em contrapartida ao Brasil, segundo Gabriele e Jabbour (2021), a China inaugura uma nova economia do projetamento, com o desenvolvimento de um grau complexo de planificação e coordenação econômica, que aumenta as possibilidades de ação diante das crises cíclicas mundiais do capitalismo e, que tem como um dos seus motores o empreendimento de grandes projetos nacionais, desde obras de infraestrutura até altos investimentos em tecnologia e educação. Isso quer dizer que, enquanto a China investe pesadamente em seu próprio desenvolvimento, o Brasil aparenta seguir uma lógica exportadora.

> Deve-se lembrar que o tamanho e o dinamismo do mercado chinês têm deslocado as escalas de produção para níveis extremamente elevados (...). Ao mesmo tempo, a política de estímulo à formação de grandes grupos estatais e privados nacionais tem resultado no aumento rápido das escalas empresariais, originando empresas que vêm se lançando rapidamente no mercado internacional. Coloca-se, portanto, o desafio de enfrentar uma competição em curso bastante acirrada, com barreiras à entrada crescente para a participação nos oligopólios mundiais, dadas pela elevação da escala, tanto técnica como empresarial (Hiratuka, Sarti, 2016, p. 97).

Sendo assim, ao mesmo tempo que a cooperação com a China pode e tem se mostrado benéfica em diversos setores, faz-se necessária, por parte dos formuladores da política brasileira, a criação de estratégias que promovam o desenvolvimento nacional levando em consideração os fatores geopolíticos presentes nas dinâmicas das relações internacionais (incluindo a influência chinesa na economia mundial), afim de evitar o aumento de uma relação de dependência do Brasil com a China e a tendência de um maior aprofundamento de uma economia bastante voltada na exportação de *commodities* em detrimento da promoção de um projeto de industrialização nacional.

4. Estudo de Caso: Cooperação Energética entre China e Brasil

Conforme visto anteriormente, foram realizadas no cenário político chinês transformações estruturais, marcadas pelas reformas implementadas por Deng Xiaoping nas décadas de 1980 e 1990. A abertura ao investimento estrangeiro, destacada nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), desempenhou papel crucial ao conectar a China ao comércio global. O aumento expressivo dos investimentos diretos e a evolução nas relações exteriores levaram a China a se tornar a segunda maior economia global em 2010, refletindo sua crescente presença nos mercados internacionais. Nesse sentido, o presente capítulo dessa monografia aborda a relação entre China e Brasil no setor energético, realizando um estudo de caso sobre essa parceria.

4.1 China e o Consumo Energético

Desde os anos 1980, com o início da modernização do país, o setor tem experimentado várias etapas caracterizadas por flutuações no consumo e eficiência energética, refletindo as fases de crescimento econômico da China. Historicamente, as principais fontes de energia do país incluem carvão, petróleo e gás, com o carvão sendo a fonte mais significativa. No entanto, recentemente, houve um movimento em direção a fontes de energia mais sustentáveis. A influência governamental na economia chinesa tem desempenhado um papel crucial na determinação dessas tendências, afetando diretamente tanto a eficiência quanto o consumo de energia dentro do país (Speed, 2012, *apud* Gonçalves, 2021, p.55).

Entre 1980 e 1996, a demanda energética chinesa mostrou uma tendência crescente, refletindo o dinamismo de sua economia. Neste período, houve um aumento notável na geração de energia elétrica e na produção de fontes de energia primárias. Em um movimento estratégico, o país iniciou o "Projeto Luminosidade" em 1996, objetivando levar energia elétrica renovável às áreas rurais, uma ação que prosseguiu até a primeira década dos anos 2000. Este projeto foi o marco inicial dos quatro estágios do desenvolvimento da tecnologia de painéis solares fotovoltaicos na China (Zhang *et al*., 2013, *apud*, Gonçalves, 2021, p.56).

De 2002 a 2005, houve um significativo aumento na produção, contudo, esse avanço veio acompanhado de um declínio na eficiência energética, um retrocesso em relação aos progressos alcançados nas décadas de 1980 e 1990. Já durante 2010, o consumo energético deste país atingiu o patamar de 2,5 bilhões de barris de petróleo (Speed, 2012, *apud* Gonçalves, 2021, p.56).

Segundo Gonçalves (2021), após o período de instabilidade econômica global em 2008, a China fortificou sua abordagem em relação à energia sustentável, especialmente a partir de 2010. Essa estratégia resultou na ampliação da sua influência global, com investimentos significativos no setor elétrico de países como Brasil, Portugal e Austrália.

4.2 Investimentos Chineses no Setor Energético Brasileiro

Conforme Cariello (2020), durante os últimos 14 anos, a China consolidou-se como um dos principais investidores estrangeiros no Brasil, com aportes financeiros que alcançaram a cifra de US$ 66,1 bilhões em 2020. O autor destaca que, durante esse período, é possível observar transformações no tipo de empreendimentos que despertaram o interesse de companhias chinesas, bem como variações nos montantes investidos, influenciados por políticas internas adotadas por Beijing ou por instabilidades no contexto internacional.

Segundo os dados levantados por Cariello (2020), entre os estados do Brasil que mais receberam investimentos chineses nos últimos anos estão: São Paulo, Mato Grosso e também a região de Minas Gerais. Abaixo, algumas estatísticas que ilustram a quantidade elevada de investimentos da China no Brasil.

> Entre 2007 e 2020, empresas chinesas efetivaram 176 empreendimentos no Brasil, com aportes que somam US$ 66,1 bilhões. Houve ainda 64 projetos não concretizados, com valor estimado em US$ 44,5 bilhões. (...) Em número de projetos confirmados entre 2007 e 2020, o setor de eletricidade segue na liderança, com 31% do total, mas há um aumento considerável da participação da indústria manufatureira, que fica em segundo lugar, com 28%. Sob essa ótica, aumentam também as participações de projetos em tecnologia da informação (7%), agricultura (7%) e serviços financeiros (6%) (Cariello, 2020, p. 10).

Apesar dos massivos investimentos em diversas áreas no Brasil, o autor destaca que a liderança continua no ramo energético, motivo pelo qual a autora dessa monografia optou por realizar um estudo de caso sobre as motivações para a entrada de investimentos chineses (tanto públicos quanto privados) nesse setor nos últimos anos. A relevância da cooperação energética entre Brasil-China é tão grande, que em um artigo de opinião publicado pela FGV, Charles Tang (2017), Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil China, afirma que:

> A China é, hoje em dia, o único país do mundo que reúne a disponibilidade financeira e a disposição de investir no risco Brasil atual. Além de trazer capital para o Brasil, esses investimentos criam emprego e geram riqueza, ajudando a manter a atividade econômica que atualmente necessita de reforço. A existência de infraestrutura eficiente é condição sine qua non para a evolução econômica de um país (Tang, 2017, p. 4).

Considerando o exposto, o que pode ter incentivado o interesse entre China e Brasil de promoção da cooperação no setor energético? Picchi e Spellmann (2023) trazem em seu artigo científico uma contextualização da questão através de uma perspectiva de cooperação Sul-Sul. Segundo os autores, o Brasil tem desenvolvido sua política externa buscando uma maior autonomia, de forma que, o desenvolvimento de relações com o Sul global representa um possível caminho para o fortalecimento desse objetivo.

> Tanto o Brasil quanto a China buscaram a partir do Século XXI, mais explicitamente, tornar-se jogadores estratégicos na politização das relações econômicas globais, contribuindo por exemplo para a criação de grupos multilaterais como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), como forma de se inserir internacionalmente, com vistas ao desenvolvimento nacional através do multilateralismo (Picchi, Spellmann, 2023, p. 19913).

Com as contribuições dos autores, é possível depreender que tanto os representantes da política externa da China quanto do Brasil mostraram-se, em diversos momentos, engajados em assuntos de cooperação do Cone Sul, o que pode ser exemplificado pelo fortalecimento do BRICS após a eleição no final de 2022 do presidente Luiz Inácio Lula da Silva - bastante conhecido por apresentar um perfil de diplomacia presidencial. Considerando o exposto, Picchi e Spellmann (2023) destacam o esforço de alguns países do Sul global

de demonstrar avanços no comprometimento com a pauta ambiental e a bandeira da redução de consumo de combustíveis fósseis na agenda internacional.

> Sob a bandeira da redução de consumo de combustíveis fosseis como o petróleo, tornou-se imperativa a criação de mecanismos que estimulassem a eficiência em toda cadeia energética assim como novas formas de produção de energia através de fontes mais limpas. A partir disso, os países colocaram em prática ações voltadas a atingir os objetivos propostos pelo Protocolo de Kyoto (1997), o que impulsionou o desenvolvimento de estratégias e acordos de cooperação sobre eficiência energética e energias renováveis no mundo todo, principalmente impulsionados pelos países desenvolvidos, mas principalmente no século XXI, tornara-se pauta de extrema importância nas agendas de países em desenvolvimento, como o Brasil e a China (Picchi, Spellmann, 2023, pgs. 19913 - 19914).

Nas agendas de segurança de natureza mais flexível da China e do Brasil, a garantia de segurança alimentar e energética figura como uma das principais prioridades para ambos os países. No âmbito das negociações entre os países do BRICS sobre mudanças climáticas, há um esforço mútuo para realizar a transição em direção a economias mais sustentáveis e adquirir fontes de energia alternativas. As questões relacionadas à energia e ao investimento em tecnologias de energias renováveis, como a eólica, biomassa e solar, são reconhecidas como desafios compartilhados entre o Brasil e a China, em especial (Pereira Junior, 2013, *apud* Picchi, Spellmann, 2023).

> Nesse contexto, de desenvolvimento dos países dos BRICS através da estratégia de Cooperação Sul-Sul, e, de busca por geração de energia e de formas de geração mais sustentáveis, que a cooperação técnica no setor energético se torna pauta de extrema importância nas relações entre Brasil e China (Picchi, Spellmann, 2023, p. 19914).

Somada à essa questão, também há o fato de que a segurança energética é muito importante para a China, considerando a expressiva participação da indústria pesada em sua economia, a qual consome muita energia, de forma que, a partir dos anos 2000, é possível observar um crescimento significativo e rápido nos fluxos comerciais de investimentos externos provenientes da China, concentrados principalmente nos setores de mineração e energia (Picchi, Spellmann, 2023, p. 19919).

> É importante destacar a relevância da energia enquanto fator estratégico para a China, devido à grande participação da indústria pesada em sua economia, a qual demanda muita energia e que corrobora com a importância da questão energética em sua política de cooperação para o desenvolvimento com os demais países. Assim, investidores chineses estão cada vez mais presentes na área de infraestrutura, por meio de grandes investimentos em petróleo, gás, ferrovias, em energia e em longas linhas de transmissão, necessária para a garantia da segurança energética do país (Picchi, Spellmann, 2023, p. 19917).

Assim, Picchi e Spellmann (2023) explicam que, neste cenário de ascensão da economia chinesa, há uma transformação no comportamento chinês em relação ao Brasil a partir do século XXI, com mudanças que geraram um impacto significativo nas relações entre ambos os países, influenciando as políticas domésticas, as posições no âmbito internacional e, por conseguinte, a colaboração no setor energético.

> Através da inserção chinesa na OMC em meados de 2001, a balança comercial brasileira recebe um reforço maciço capturado pelo aumento da demanda e dos preços das commodities agrícolas no mercado internacional. Durante os primeiros anos de 2000, a quase inexistente relação comercial entre as duas nações começou a ser alterada por uma inserção dinâmica e profunda da China na economia brasileira, que pode superar os EUA como principal parceiro do Brasil no final desta década (Leite, Vanderlei, 2017, *apud* Picchi, Spellmann, 2023, p. 19919).

A aproximação entre Brasil e China no setor energético passaram a aumentar desde então, contando com diversos acordos entre o governo brasileiro e o governo chinês. Segundo dados de Picchi e Spellmann (2023), os investimentos chineses têm crescido anualmente, em direção de uma diversificação da sua matriz energética, buscando reduzir a dependência de combustíveis fósseis. Por volta de 2015, a empresa estatal chinesa "State Grid" adquiriu 51% dos ativos da CPFL Energia, uma empresa brasileira, passando a deter grande parte da geração elétrica no Brasil. Atualmente, a China é o principal fabricante mundial de painéis solares, por meio da mesma empresa "State Grid", evidenciando a importância dessa questão e os substanciais investimentos realizados pelo país ao longo dos anos nesse setor (Picchi, Spellmann, 2023, p. 1993). Abaixo, uma tabela elaborada pelos autores citados que demonstra os principais acordos entre os países.

Tabela 2 – Principais Acordos entre Brasil e China no Setor Energético

Acordo	Objetivos	Ações	Princípios da Nova Diplomacia	Ator Responsável Assinatura	Ano
Memorando de Entendimento sobre a criação da Subcomissão de energia e recursos minerais da Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Coordenação e cooperação	Promover o reforço da cooperação e coordenação nos setores de energia, geologia e mineração	Encorajar cooperação em petróleo, gás, energias renováveis e biocombustíveis, eletricidade	Benefícios Recíprocos e cooperação bilateral construtiva	MME (Brasil) Ministro da Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento (China)	2006
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a cooperação em energia e mineração	Fortalecer a cooperação bilateral nas áreas de petróleo, gás natural, combustíveis renováveis eletricidade, mineração e processamento de minérios	Intercâmbios de informação, pesquisas conjuntas, formação de parcerias incluindo associações	Benefício Mútuo, cooperação de longo prazo, confiança mútua e interesse mútuo	MME (Brasil) e Ministro da Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento (China)	2009
Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China	Assinalar áreas prioritárias e projetos chave na área de ciência e tecnologia e energia, com vistas ao desenvolvimento sustentável em três pilares: econômico, social e ambiental	Implantação de um Plano Decenal 2012-2021	Interesse de longo prazo na promoção e desenvolvimento da paz mundial	Presidenta da República do Brasil e Primeiro Ministro da República Popular da China	2012
Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China 2015-2021	Atualização do Plano de ação Conjunta que provê orientações estratégicas e abrangente para o desenvolvimento da parceria estratégica global Brasil-China	Trabalhar na priorização do Desenvolvimento sustentável, estabelecer metas objetivas, monitorar atividade, fortalecer consultas públicas	Cooperação amigável e mutuamente benéfica, Desenvolvimento comum, igualdade e confiança mútua	Presidenta da República e Primeiro Ministro da China	2015

Fonte: Picchi, Spellmann, 2023

Vale ressaltar que, em resposta às acusações de que o país estaria criando laços de dependência para o Brasil, o discurso diplomático adotado pelos formuladores da política externa chinesa argumenta que o desenvolvimento da cooperação está diretamente relacionado ao objetivo chinês de busca por relações mais horizontais e de benefícios mútuos nas relações internacionais, de modo que, a solidariedade entre países em

desenvolvimento é um elemento fundamental para o crescimento da influência de ambos no cenário internacional (Picchi, Spellmann, 2023, p. 19914). Nesse sentido, considerando a importância dada pela perspectiva chinesa para a pauta de segurança energética como essencial para a continuidade de seu processo de desenvolvimento, é natural que um país dotado de recursos naturais e energéticos, como o Brasil, desperte o interesse de atores chineses no sentido da promoção de projetos de cooperação nesse setor.

> A energia é pautada muitas vezes como somatória, em meio a preocupação com a substituição de combustíveis fósseis e as energias renováveis. É exposta como necessária, como um meio para atingir um objetivo maior, de desenvolvimento através de métodos mais sustentáveis, através da promoção de desenvolvimento social e econômico, da tutela do meio ambiente e do estabelecimento de alternativas energéticas capazes de superar a dependência do mercado de petróleo, principalmente no quarto acordo analisado referente ao “Plano de Ação Conjunta 2015-2021”, que pontua objetivos a longo prazo (Picchi, Spellmann, 2023, p. 19930).

Portanto, é essencial que os *policy makers* brasileiros, tanto da política externa quanto doméstica, atuem de forma estratégica na execução de acordos e parcerias econômicas com a China, buscando diminuir a dependência brasileira em relação aos Estados Unidos e demais superpotências, objetivando assim o aumento de sua autonomia e possibilidades de atuação nas relações internacionais, mas, ao mesmo tempo, para garantir que a cooperação com a China seja, de fato, mutuamente benéfica, afinal, é importante destacar que dificilmente parcerias com outros países representem, de fato, 50% de ganhos para ambos os lados, considerando as assimetrias presentes no sistema internacional.

No entanto, conforme Picchi e Spellmann (2023), há uma grande contradição em relação aos movimentos de cooperação entre China e Brasil na área energética, uma vez que, os atores mais envolvidos na assinatura, coordenação e execução das ações previstas nos acordos mencionados anteriormente são relacionados aos setores diretamente ligados à temática, como o Ministério de Minas e Energia por parte do Brasil e o Ministro da Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento da China, de forma que, não há uma atuação forte e planejada das questões energéticas através dos principais responsáveis pela formulação da política externa brasileira, o

que pode sugerir que o desenvolvimento da cooperação na área energética entre os dois países está, em partes, delegado à atores privados.

> O que se pode detectar é que não é possível notar uma atuação forte e planejada das questões energéticas através da política externa brasileira. Esse baixo número de atos internacionais estabelecidos entre Brasil e China que estão em vigor na área energética, via política externa, pode demonstrar que há uma intensa atuação do setor privado na área energética, e a percepção de uma possível insuficiência do governo brasileiro na consolidação de uma estratégia capaz de desenvolver o setor de forma planejada através da política externa (Picchi, Spellmann, 2023, p. 19931).

Sendo assim, conforme os autores, há a necessidade de uma maior compreensão sobre qual é o papel desempenhado pelos atores e empresas privadas nessas parcerias e, principalmente, de quais são os efeitos que uma forte atuação de agentes privados na questão energética brasileira em detrimento de uma atuação pública assertiva e presente na condução do processo pode acarretar no sentido da busca pela promoção do desenvolvimento dos interesses nacionais e de justiça social no país.

5. Considerações Finais

Considerando o exposto, a ascensão econômica chinesa está relacionada, não somente às reformas de abertura de 1978, liderado por Deng Xiaoping, como é comumente atribuído por muitos intelectuais, mas também ao processo revolucionário representado por Mao Tsé Tung em 1949, à medida que, a implementação de um projeto nacional e do socialismo como modo de produção, adaptado às demandas e características chinesas, permitiu o desenvolvimento de instrumentos econômicos que não só industrializaram a China, como também possibilitou a amenização ou proteção contra as consequências negativas que a especulação financeira das potências causa em economias indiscriminadamente liberalizantes, como de países da América Latina que seguiram as diretrizes do Consenso de Washington ou que foram obrigados a aderir as imposições neoliberais para a realização de empréstimos com o FMI.

Dessa forma, a inserção da China na economia global foi fruto de uma estratégia de sobrevivência e manutenção de sua autonomia diante de um mundo capitalista hostil à sua existência. Nesse sentido, ao alcançar a posição de um dos principais impulsionadores da economia mundial, o país demonstrou sucesso em sua iniciativa, uma vez que suas políticas e desempenho econômico têm um impacto substancial globalmente.

Além disso, o estabelecimento de uma parceria com a China pode representar uma oportunidade benéfica ao desenvolvimento do Brasil, desde que o país reaja estrategicamente afim de evitar contrair a chamada “doença holandesa”, ou seja, uma situação em que a prioridade dada à exportação de *commodities* e recursos naturais é tão acentuada que leva ao enfraquecimento da industrialização nacional.

6. Referências

CARIELLO, Tulio. **Investimentos Chineses no Brasil:** Histórico, Tendências e Desafios Globais (2007 – 2020). Rio de Janeiro: Editora do Conselho Empresarial Brasil-China, 2020.

CONCEIÇÃO, Paula Gomes da; BROLLO, Maria Eduarda Ardinghi; MASTRODI, José. **ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS:** aplicação de seu conceito ao Projeto HIDS. HIDS Unicamp, 2021. Disponível em: < https://www.hids.unicamp.br/wp-content/uploads/2021/03/Entrega4-HIDS-como-Zona-Economica-Especial-e-Zona-Franca-do-Conhecimento.pdf > Acesso em 17 de junho de 2023.

GABRIELE, Alberto; JABBOUR, Elias. **China:** o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.

GONÇALVES, Arthur Peixoto. **Perspectivas de Futuro para a Política Energética Chinesa e suas Implicações nas Relações Sino-Brasileiras**. Revista Petrel. v. 3, n. 5, p. 54 – 64, maio, 2021. Disponível em: < http://petrel.unb.br/destaques/135-revista-petrel-v-3-n-5-mai-2021 > Acesso em 21 de agosto de 2023.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. **A Economia Política do Modelo Econômico Chinês**: o estado, o mercado e os principais desafios. Scielo Brasil, 2012. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/rsocp/a/9cDntdytGZ7PgcYnSxSqfJb/# > Acesso em: 07 de junho de 2023.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. **Relações Econômicas Entre Brasil e China:** Análise dos Fluxos de Comércio e Investimento Direto Estrangeiro. Revista Tempo do Mundo. v. 2, n. 1, p. 83 – 98, janeiro, 2016.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios:** 1875 – 1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

JABBOUR, Elias Khalil. **China:** Desenvolvimento e Socialismo de Mercado. Florianópolis: LABEUR, GCN, CFH, UFSC, 2020.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOSURDO, Domenico. **Fuga da História?** A Revolução Russa e a Revolução Chinesa Vistas de Hoje. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

MARTINS, José Ricardo. **Immanuel Wallerstein e o Sistema-Mundo:** uma teoria ainda atual?. Revista Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales, pgs. 95-108, 2015. Disponível em: <

https://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-atual/ > Acesso em 17 de outubro de 2023.

PICCHI, Livia; SPELLMANN Samuel. **A pauta energética nas relações Brasil-China:** cooperação sul-sul e os atos de cooperação bilaterais. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.9, n.6, p.19912 – 19935, junho, 2023.

POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PRASHAD, Vijay. **O Lenin Internacionalista:** Autodeterminação e Anticolonialismo. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 12, n. 2, p. 6-20, outubro, 2020.

PREBISCH, Raúl. **The Economic Development of Latin America:** and its principal problems. Nova Iorque: United Nations Department Of Economic Affairs, 1950.

SANTANA, Cristiane Soares de. **Notas sobre a História da Revolução Cultural Chinesa (1966-1976)**. História Social, n. 17, 115 – 131. Disponível em: < https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/279 >. Acesso em 07 de agosto de 2023.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4º Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHILLING, Voltaire. **A Revolução na China:** Colonialismo / Maoísmo / Revisionismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

TANG, Charles. **Investimento Chineses no Setor Energético Brasileiro:** Oportunidades para o Brasil. Caderno Opinião, 2017. Disponível em: < https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19276/Coluna%20Opiniao%20Agosto%20-%20Charles%20Tang.pdf?sequence=1&isAllowed=y > Acesso em: 21 de agosto de 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno:** vol. 1, a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Edições Afrontamento, 1974.